

# CARANAÍBA - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANAÍBA  
- MINAS GERAIS

Agente Comunitário  
de Saúde e Agente de  
Combate às Endemias

**EDITAL Nº 01/2024**

CÓD: SL-040NV-24  
7908433266280

## Português

1. Leitura, compreensão, interpretação.....	7
2. Gênero, tipo, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...) .....	8
3. Classes de palavras (flexões, classificações e emprego) .....	20
4. Acentuação gráfica.....	28
5. Pontuação (classificação e emprego).....	30
6. Frase (classificações).....	32
7. Uso dos “porquês” .....	32
8. Períodos simples; Períodos compostos (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas.....	32
9. Concordância nominal e verbal .....	37
10. Regência nominal e verbal.....	38
11. Denotação e conotação. Significação das Palavras .....	40
12. Figuras de linguagem .....	41
13. Vícios de linguagem .....	43
14. Funções da Linguagem.....	44
15. Novo acordo ortográfico .....	45

## Matemática

1. A numeração decimal .....	59
2. Conjunto dos números naturais: operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números inteiros relativos: Operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais: Resolução de problemas. Conjunto dos números reais. Números fracionários: operações com números fracionários. resoluções de problemas. Frações e números decimais: Operações com números decimais.....	60
3. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade. máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum .....	72
4. Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração .....	76
5. Sistema Métrico Decimal .....	80
6. Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares) .....	85
7. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos. aplicação do teorema de Pitágoras .....	86
8. Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional .....	87
9. Média aritmética simples e ponderada .....	89
10. Regra de três simples e Regra de três composta .....	90
11. Porcentagem, juros simples e montante .....	91
12. Resolução de equações do 1º grau. Equações do 2º grau. Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas. Resolução de problemas .....	93
13. Funções: Função do 1º grau. Função quadrática. Função exponencial. Função logarítmica .....	98
14. Análise Combinatória Simples .....	114
15. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes .....	116

## Conhecimentos Gerais

1. Política e Economia mundiais .....	123
2. Sociedade (música, literatura, artes, arquitetura, rádio, cinema, teatro, televisão, educação, saúde, esporte, gastronomia...).....	126
3. História e Geografia de Caranaíba .....	131
4. Descobertas e inovações científicas e tecnológicas.....	134
5. Meio ambiente .....	138

## Legislação

1. Estatuto do Magistério Público do Município de Caranaíba (Lei 683 de 20 de abril de 2010) .....	143
2. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Caranaíba (Lei 696 de 13 de setembro de 2010) .....	147
3. Lei Orgânica .....	163

## Conhecimentos Específicos Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias

1. Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social; Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS.....	185
2. Saúde complementar.....	200
3. Planejamento e programação local de saúde .....	202
4. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde.....	204
5. Epidemiologia e Indicadores de Saúde .....	239
6. Sistemas de Informação em Saúde .....	247
7. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória.....	250
8. Educação em saúde .....	253

# PORTUGUÊS

## LEITURA, COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO

### Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

### Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

### Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

### Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015  
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



*“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”*

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

### Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

**Resposta: Letra B.**

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

#### Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

#### Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

#### Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

**GÊNERO, TIPO, OBJETIVO E MEIO DE CIRCULAÇÃO DE TEXTOS DIVERSOS (DENTRE OUTROS, CHARGES, NOTÍCIAS, TIRINHAS, CARTUNS, ANÚNCIOS, REPORTAGENS, CONTOS, FÁBULAS, ANÚNCIOS, ARTIGOS CIENTÍFICOS E DE OPINIÃO...)**

**Definições e diferenciação:** tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada um com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação.

Dessa forma, os gêneros são variedades existentes no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

#### Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc.

Quanto aos tipos, as classificações são fixas, definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos.

Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, ou seja, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais e como eles se inserem em cada tipo textual:

**Texto narrativo:** esse tipo textual se estrutura em apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

**Texto descritivo:** esse tipo compreende textos que descrevem lugares, seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

**Texto expositivo:** corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

**Texto argumentativo:** os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua

estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

**Texto injuntivo:** esse tipo de texto tem como finalidade orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso, o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

**Texto prescritivo:** essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, editais de concursos públicos.

## GÊNEROS TEXTUAIS

### — Introdução

Os gêneros textuais são estruturas essenciais para a comunicação eficaz. Eles organizam a linguagem de forma que atenda às necessidades específicas de diferentes contextos comunicativos. Desde a antiguidade, a humanidade tem desenvolvido e adaptado diversas formas de expressão escrita e oral para facilitar a troca de informações, ideias e emoções.

Na prática cotidiana, utilizamos gêneros textuais diversos para finalidades variadas. Quando seguimos uma receita, por exemplo, utilizamos um gênero textual específico para a instrução culinária. Ao ler um jornal, nos deparamos com gêneros como a notícia, o editorial e a reportagem, cada um com sua função e características distintas.

Esses gêneros refletem a diversidade e a complexidade das interações humanas e são moldados pelas necessidades sociais, culturais e históricas.

Compreender os gêneros textuais é fundamental para a produção e interpretação adequadas de textos. Eles fornecem uma moldura que orienta o produtor e o receptor na construção e na compreensão do discurso. A familiaridade com as características de cada gênero facilita a adequação do texto ao seu propósito comunicativo, tornando a mensagem mais clara e eficaz.

### — Definição e Importância

Gêneros textuais são formas específicas de estruturação da linguagem que se adequam a diferentes situações comunicativas. Eles emergem das práticas sociais e culturais, variando conforme o contexto, o propósito e os interlocutores envolvidos. Cada gênero textual possui características próprias que determinam sua forma, conteúdo e função, facilitando a interação entre o autor e o leitor ou ouvinte.

Os gêneros textuais são fundamentais para a organização e a eficácia da comunicação. Eles ajudam a moldar a expectativa do leitor, orientando-o sobre como interpretar e interagir com o texto. Além disso, fornecem ao autor uma estrutura clara para a construção de sua mensagem, garantindo que esta seja adequada ao seu propósito e público-alvo.

### Exemplos:

#### Receita de Culinária:

- Estrutura: Lista de ingredientes seguida de um passo a passo.
- Finalidade: Instruir o leitor sobre como preparar um prato.
- Características: Linguagem clara e objetiva, uso de imperativos (misture, asse, sirva).

#### Artigo de Opinião:

- Estrutura: Introdução, desenvolvimento de argumentos, conclusão.
- Finalidade: Persuadir o leitor sobre um ponto de vista.
- Características: Linguagem formal, argumentos bem fundamentados, presença de evidências.

#### Notícia:

- Estrutura: Título, lead (resumo inicial), corpo do texto.
- Finalidade: Informar sobre um fato recente de interesse público.
- Características: Linguagem objetiva e clara, uso de verbos no passado, presença de dados e citações.

### Importância dos Gêneros Textuais:

#### Facilitam a Comunicação:

Ao seguirem estruturas padronizadas, os gêneros textuais tornam a comunicação mais previsível e compreensível. Isso é particularmente importante em contextos formais, como o acadêmico e o profissional, onde a clareza e a precisão são essenciais.

#### Ajudam na Organização do Pensamento:

A familiaridade com diferentes gêneros textuais auxilia na organização das ideias e na construção lógica do discurso. Isso é crucial tanto para a produção quanto para a interpretação de textos.

#### Promovem a Eficácia Comunicativa:

Cada gênero textual é adaptado a uma finalidade específica, o que aumenta a eficácia da comunicação. Por exemplo, uma bula de remédio deve ser clara e detalhada para garantir a correta utilização do medicamento, enquanto uma crônica pode usar uma linguagem mais poética e subjetiva para entreter e provocar reflexões.

#### Refletem e Moldam Práticas Sociais:

Os gêneros textuais não apenas refletem as práticas sociais e culturais, mas também ajudam a moldá-las. Eles evoluem conforme as necessidades e contextos sociais mudam, adaptando-se a novas formas de comunicação, como as mídias digitais.

Compreender os gêneros textuais é essencial para uma comunicação eficiente e eficaz. Eles fornecem estruturas que ajudam a moldar a produção e a interpretação de textos, facilitando a interação entre autor e leitor. A familiaridade com diferentes gêneros permite que se adapte a linguagem às diversas situações comunicativas, promovendo clareza e eficácia na transmissão de mensagens.

— **Tipos de Gêneros Textuais**

Os gêneros textuais podem ser classificados de diversas formas, considerando suas características e finalidades específicas. Abaixo, apresentamos uma visão detalhada dos principais tipos de gêneros textuais, organizados conforme suas funções predominantes.

**Gêneros Narrativos**

Os gêneros narrativos são caracterizados por contar uma história, real ou fictícia, através de uma sequência de eventos que envolvem personagens, cenários e enredos. Eles são amplamente utilizados tanto na literatura quanto em outras formas de comunicação, como o jornalismo e o cinema. A seguir, exploramos alguns dos principais gêneros narrativos, destacando suas características, estruturas e finalidades.

• **Romance**

**Estrutura e Características:**

- **Extensão:** Longa, permitindo um desenvolvimento detalhado dos personagens e das tramas.
- **Personagens:** Complexos e multifacetados, frequentemente com um desenvolvimento psicológico profundo.
- **Enredo:** Pode incluir múltiplas subtramas e reviravoltas.
- **Cenário:** Detalhado e bem desenvolvido, proporcionando um pano de fundo rico para a narrativa.
- **Linguagem:** Variada, podendo ser mais formal ou informal dependendo do público-alvo e do estilo do autor.

**Finalidade:**

- Entreter e envolver o leitor em uma história extensa e complexa.
- Explorar temas profundos e variados, como questões sociais, históricas, psicológicas e filosóficas.

**Exemplo:**

- “Dom Casmurro” de Machado de Assis, que explora a dúvida e o ciúme através da narrativa do protagonista Bento Santiago.

• **Conto**

**Estrutura e Características:**

- **Extensão:** Curta e concisa.
- **Personagens:** Menos desenvolvidos que no romance, mas ainda significativos para a trama.
- **Enredo:** Focado em um único evento ou situação.
- **Cenário:** Geralmente limitado a poucos locais.
- **Linguagem:** Direta e impactante, visando causar um efeito imediato no leitor.

**Finalidade:**

- Causar impacto rápido e duradouro.
- Explorar uma ideia ou emoção de maneira direta e eficaz.

**Exemplo:**

- “O Alienista” de Machado de Assis, que narra a história do Dr. Simão Bacamarte e sua obsessão pela cura da loucura.

• **Fábula**

**Estrutura e Características:**

- **Extensão:** Curta.
- **Personagens:** Animais ou objetos inanimados que agem como seres humanos.
- **Enredo:** Simples e direto, culminando em uma lição de moral.
- **Cenário:** Geralmente genérico, servindo apenas de pano de fundo para a narrativa.
- **Linguagem:** Simples e acessível, frequentemente com um tom didático.

**Finalidade:**

- Transmitir lições de moral ou ensinamentos éticos.
- Entreter, especialmente crianças, de forma educativa.

**Exemplo:**

- “A Cigarra e a Formiga” de Esopo, que ensina a importância da preparação e do trabalho árduo.

• **Novela**

**Estrutura e Características:**

- **Extensão:** Intermediária entre o romance e o conto.
- **Personagens:** Desenvolvimento moderado, com foco em um grupo central.
- **Enredo:** Mais desenvolvido que um conto, mas menos complexo que um romance.
- **Cenário:** Detalhado, mas não tão expansivo quanto no romance.
- **Linguagem:** Pode variar de formal a informal, dependendo do estilo do autor.

**Finalidade:**

- Entreter com uma narrativa envolvente e bem estruturada, mas de leitura mais rápida que um romance.
- Explorar temas e situações com profundidade, sem a extensão de um romance.

**Exemplo:**

- “O Alienista” de Machado de Assis, que também pode ser classificado como novela devido à sua extensão e complexidade.

• **Crônica**

**Estrutura e Características:**

- **Extensão:** Curta a média.
- **Personagens:** Pode focar em personagens reais ou fictícios, muitas vezes baseados em figuras do cotidiano.
- **Enredo:** Baseado em eventos cotidianos, com um toque pessoal e muitas vezes humorístico.
- **Cenário:** Cotidiano, frequentemente urbano.
- **Linguagem:** Coloquial e acessível, com um tom leve e descontraído.

**Finalidade:**

- Refletir sobre aspectos do cotidiano de forma leve e crítica.
- Entreter e provocar reflexões no leitor sobre temas triviais e cotidianos.

**Exemplo:**

- As crônicas de Rubem Braga, que capturam momentos e reflexões do cotidiano brasileiro.

# MATEMÁTICA

## A NUMERAÇÃO DECIMAL

O sistema de numeração decimal é de base 10, ou seja utiliza 10 algarismos (símbolos) diferentes para representar todos os números.

Formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, é um sistema posicional, ou seja, a posição do algarismo no número modifica o seu valor.

É o sistema de numeração que nós usamos. Ele foi concebido pelos hindus e divulgado no ocidente pelos árabes, por isso, é também chamado de «sistema de numeração indo-arábico».

HINDU 300 a.C	-	=	≡	♀	∩	∪	∩	∪	∩	∪
HINDU 500 d.C	∩	∪	∩	∪	∩	∪	∩	∪	∩	∪
ÁRABE 900 d.C	1	∩	∪	∩	∪	∩	∪	∩	∪	∩
ÁRABE (ESPANHA) 1000 d.C	1	∩	∪	∩	∪	∩	∪	∩	∪	∩
ITALIANO 1400 d.C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ATUAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

*Evolução do sistema de numeração decimal*

### Características

- Possui símbolos diferentes para representar quantidades de 1 a 9 e um símbolo para representar a ausência de quantidade (zero).

- Como é um sistema posicional, mesmo tendo poucos símbolos, é possível representar todos os números.

- As quantidades são agrupadas de 10 em 10, e recebem as seguintes denominações:

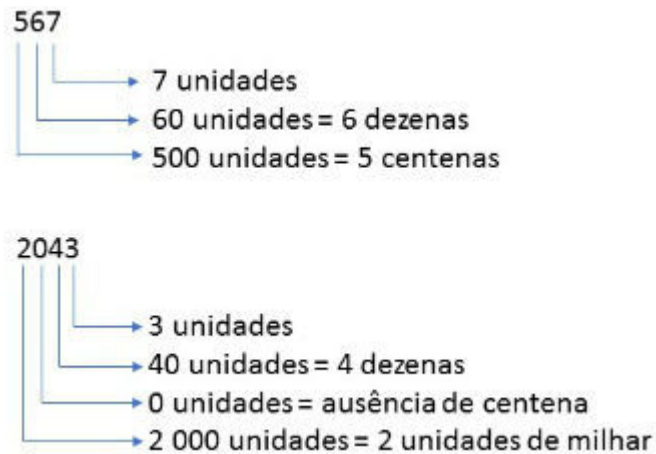
10 unidades = 1 dezena

10 dezenas = 1 centena

10 centenas = 1 unidade de milhar, e assim por diante



**Exemplos**



**Ordens e Classes**

No sistema de numeração decimal cada algarismo representa uma ordem, começando da direita para a esquerda e a cada três ordens temos uma classe.

CLASSE DOS BILHÕES			CLASSE DOS MILHÕES			CLASSE DOS MILHARES			CLASSE DAS UNIDADES SIMPLES		
12ª ordem	11ª ordem	10ª ordem	9ª ordem	8ª ordem	7ª ordem	6ª ordem	5ª ordem	4ª ordem	3ª ordem	2ª ordem	1ª ordem
Centenas de Bilhão	Dezenas de Bilhão	Unidades de Bilhão	Centenas de Milhão	Dezenas de Milhão	Unidades de Milhão	Centenas de Milhar	Dezenas de Milhar	Unidades de Milhas	Centenas	Dezenas	Unidades

Para fazer a leitura de números muito grandes, dividimos os algarismos do número em classes (blocos de 3 ordens), colocando um ponto para separar as classes, começando da direita para a esquerda.

**Exemplos**

1) 57283

Primeiro, separamos os blocos de 3 algarismos da direita para a esquerda e colocamos um ponto para separar o número: 57. 283.

No quadro acima vemos que 57 pertence a classe dos milhares e 283 a classe das unidades simples. Assim, o número será lido como: cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e três.

2) 12839696

Separando os blocos de 3 algarismos temos: 12.839.696

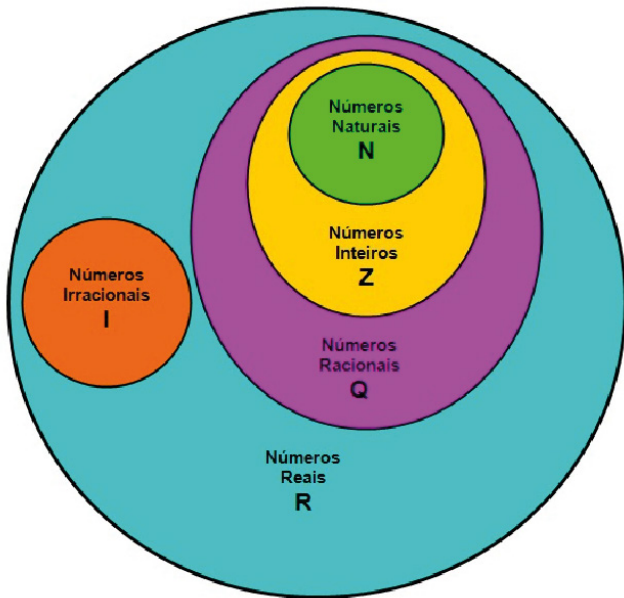
O número então será lido como: doze milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e seis.

**CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS: OPERAÇÕES E RESOLUÇÕES DE PROBLEMAS. CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS RELATIVOS: OPERAÇÕES E RESOLUÇÕES DE PROBLEMAS. CONJUNTO DOS NÚMEROS RACIONAIS: RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS. CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS. NÚMEROS FRACIONÁRIOS: OPERAÇÕES COM NÚMEROS FRACIONÁRIOS. RESOLUÇÕES DE PROBLEMAS. FRAÇÕES E NÚMEROS DECIMAIS: OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS**

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo:  $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$ .

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



**CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)**

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como  $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

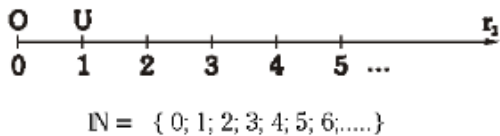
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$  ou  $N^* = N - \{0\}$ : conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$ , em que  $n \in N$ : conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$ , em que  $n \in N$ : conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$ : conjunto dos números naturais primos.



**Operações com Números Naturais**

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

**Adição de Números Naturais**

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo:  $6 + 4 = 10$ , onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

**Subtração de Números Naturais**

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando  $a - b$  tal que  $a \geq b$ .

Exemplo:  $200 - 193 = 7$ , onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

**Multiplicação de Números Naturais**

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo:  $3 \times 5 = 15$ , onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. - 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:  $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$ . Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação.

**Divisão de Números Naturais**

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural, e, nesses casos, a divisão não é exata.

$$\begin{array}{l|l} a & b \\ \hline r & q \end{array} \Leftrightarrow \begin{cases} a = b \cdot q + r \\ r < b \end{cases}$$

**Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais**

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo.  $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente.  $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever:  $n \div 0 = q$  e isto significaria que:  $n = 0 \times q = 0$  o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

**Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais**

Para todo a, b e c em N

- 1) Associativa da adição:  $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) Comutativa da adição:  $a + b = b + a$

- 3) Elemento neutro da adição:  $a + 0 = a$   
 4) Associativa da multiplicação:  $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$   
 5) Comutativa da multiplicação:  $a \cdot b = b \cdot a$   
 6) Elemento neutro da multiplicação:  $a \cdot 1 = a$   
 7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição:  $a \cdot (b + c) = ab + ac$   
 8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:  $a \cdot (b - c) = ab - ac$   
 9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.  
 (B) 3 828.  
 (C) 4 093.  
 (D) 4 167.  
 (E) 4 256.

Solução: **Resposta: D.**

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

2) João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branco	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995  
 (B) 7165  
 (C) 7532  
 (D) 7575  
 (E) 7933

Solução: **Resposta: E.**

Vamos somar a 1ª Zona:  $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona:  $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois:  $2951 + 4982 = 7933$

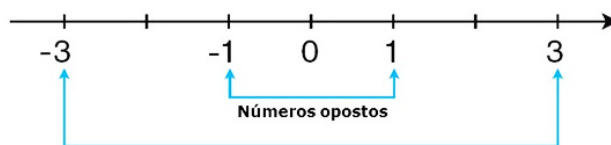
### CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$Z = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$



$$Z = \{\dots, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, \dots\}$$



$$\mathbb{N} \subset \mathbb{Z}$$

O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

$Z_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$ : conjunto dos números inteiros não negativos.

$Z_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0\}$ : conjunto dos números inteiros não positivos.

$Z^+ = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ : conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.

$Z^- = \{\dots, -4, -3, -2, -1\}$ : conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

### Módulo

O módulo de um número inteiro é a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Ele é representado pelo símbolo  $| \cdot |$ .

O módulo de 0 é 0 e indica-se  $|0| = 0$

O módulo de +6 é 6 e indica-se  $|+6| = 6$

O módulo de -3 é 3 e indica-se  $|-3| = 3$

O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

### Números Opostos

Dois números inteiros são considerados opostos quando sua soma resulta em zero; dessa forma, os pontos que os representam na reta numérica estão equidistantes da origem.

Exemplo: o oposto do número 4 é -4, e o oposto de -4 é 4, pois  $4 + (-4) = (-4) + 4 = 0$ . Em termos gerais, o oposto, ou simétrico, de "a" é "-a", e vice-versa; notavelmente, o oposto de zero é o próprio zero.

# CONHECIMENTOS GERAIS

## POLÍTICA E ECONOMIA MUNDIAIS

O mundo atual é marcado por profundas transformações políticas e econômicas, que transcendem fronteiras e afetam diretamente a vida das pessoas, mesmo em pequenos municípios como Caranaíba, no estado de Minas Gerais. A interconexão promovida pela globalização torna as localidades, independente de seu tamanho, suscetíveis às dinâmicas internacionais, seja por meio de políticas públicas, flutuações econômicas, ou mesmo mudanças climáticas globais.

Caranaíba, conhecida por sua vocação agrícola e cultural, encontra-se inserida em um contexto onde decisões tomadas em grandes potências, como Estados Unidos e China, podem repercutir em aspectos como os custos de produção agrícola, acesso a mercados ou políticas ambientais. Esses fatores são amplificados pela crescente dependência do Brasil em relações comerciais globais e pela pressão por alinhamento com tendências econômicas e políticas mundiais.

### — Contexto da Política Mundial e Seus Reflexos em Caranaíba

As transformações políticas no cenário global moldam a dinâmica das relações internacionais e influenciam diretamente os rumos de países e localidades. Em um mundo cada vez mais interconectado, as decisões de governos e organismos internacionais impactam desde grandes centros urbanos até pequenos municípios como Caranaíba.

Apesar de seu perfil predominantemente rural, o município não está isolado dessas influências, que afetam sua economia, gestão pública e perspectivas de desenvolvimento.

### Disputas Geopolíticas e Efeitos no Comércio Internacional

A competição entre grandes potências, como Estados Unidos e China, vem redesenhando as relações econômicas globais. Questões como protecionismo, sanções econômicas e disputas comerciais têm consequências diretas nos mercados globais, o que reverbera até nas cidades menores.

### — Impactos no setor agrícola de Caranaíba:

A dependência do Brasil de mercados externos, especialmente no agronegócio, coloca municípios produtores em posição vulnerável. Caranaíba, que integra a economia agrícola mineira, pode enfrentar dificuldades em períodos de tensões comerciais que afetem o fluxo de exportações, como o café, um produto de destaque na região.

### — Custo de insumos agrícolas:

Sanções ou mudanças nas tarifas internacionais podem elevar o preço de fertilizantes e maquinários, dificultando o acesso dos pequenos produtores locais a tecnologias essenciais para o aumento da produtividade.

### Sustentabilidade como Prioridade Global

A sustentabilidade ambiental tem ganhado centralidade nas agendas políticas internacionais, sendo impulsionada por movimentos globais e acordos multilaterais, como o Acordo de Paris. O Brasil, como signatário, vem sendo pressionado a adotar práticas mais sustentáveis, o que impacta diretamente as políticas internas e, por extensão, as comunidades locais.

### — Exigências regulatórias e benefícios potenciais:

Pequenos produtores de Caranaíba podem ser beneficiados por incentivos à produção sustentável, como linhas de crédito específicas e programas de capacitação. Por outro lado, a necessidade de adaptação a normas ambientais rigorosas pode representar um desafio financeiro e técnico.

### — Valorização de produtos locais:

Com o aumento da demanda por alimentos e produtos de origem sustentável, Caranaíba pode explorar a certificação de seus produtos agrícolas ou artesanais, como queijos e doces, agregando valor e atraindo novos mercados.

### Acordos Multilaterais e Blocos Econômicos

A participação do Brasil em blocos econômicos, como o Mercosul, e acordos multilaterais influencia o ambiente de negócios e as oportunidades de desenvolvimento para municípios brasileiros.

### — Abertura de mercados:

A integração a blocos econômicos pode facilitar o acesso dos produtos de Caranaíba a mercados internacionais, especialmente na América do Sul. Produtos como o café mineiro e itens de artesanato podem se beneficiar de tarifas reduzidas e maior visibilidade.

### — Riscos de desvantagens competitivas:

A ausência de políticas locais que estimulem a competitividade pode dificultar a inserção dos pequenos produtores de Caranaíba em mercados globais, especialmente diante de concorrentes internacionais mais estruturados.

### Políticas de Inclusão e Desenvolvimento Local

As políticas globais de incentivo à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável também influenciam as estratégias de gestão pública em nível municipal.

– **Programas de financiamento internacional:**

Organismos como Banco Mundial e ONU oferecem linhas de crédito e programas voltados para o desenvolvimento sustentável de pequenas comunidades. Caranaíba pode se beneficiar ao buscar parcerias para projetos de infraestrutura, educação e preservação ambiental.

– **Pressão por governança local eficiente:**

A adesão do Brasil a compromissos internacionais de transparência e boas práticas administrativas pode exigir maior eficiência na gestão pública de Caranaíba, promovendo maior responsabilidade fiscal e social.

A política mundial exerce influência significativa sobre a economia e a gestão local de municípios como Caranaíba. As decisões tomadas em âmbito global criam desafios, como o aumento dos custos de produção e a necessidade de adaptação a normas mais exigentes. Contudo, essas mesmas dinâmicas podem abrir oportunidades para o município se destacar, seja por meio de práticas agrícolas sustentáveis, seja pela valorização de produtos locais no mercado internacional.

A adaptação de Caranaíba às tendências globais exige um planejamento estratégico que inclua a modernização da produção local, a busca por certificações de qualidade e a inserção em redes de comércio regional e global. Além disso, a gestão pública deve priorizar a captação de recursos e a implementação de políticas que promovam a sustentabilidade e a competitividade do município.

– **Economia Mundial e Seus Efeitos na Economia Local**

O impacto da economia mundial transcende fronteiras e chega até pequenos municípios como Caranaíba, influenciando aspectos como o custo de vida, a competitividade econômica e as perspectivas de crescimento. A globalização interliga mercados e cria dependências que tornam economias locais vulneráveis a crises internacionais, mas também capazes de aproveitar oportunidades geradas por novas demandas globais.

Em Caranaíba, cujo perfil econômico é predominantemente rural, as dinâmicas econômicas globais afetam diretamente os setores agrícola, comercial e de serviços, com impactos variados.

**Inflação e Custos de Produção**

A inflação global, impulsionada por crises como pandemias, conflitos armados e choques de oferta, tem efeitos diretos nos preços de bens e serviços. Esses aumentos afetam a economia local de várias maneiras:

– **Custos agrícolas elevados:**

Insumos agrícolas, como fertilizantes e combustíveis, sofrem oscilações de preço significativas devido à dependência do Brasil de importações. Pequenos produtores de Caranaíba, já com margens de lucro reduzidas, enfrentam desafios adicionais para manter a produtividade em meio a custos crescentes.

– **Impacto no poder de compra:**

A inflação reduz a capacidade de consumo das famílias, especialmente em municípios menores, onde a renda média tende a ser mais baixa. Isso prejudica o comércio local, diminuindo o movimento em mercados e feiras, essenciais para a economia de Caranaíba.

**Mudanças nas Cadeias de Suprimento Globais**

A interrupção nas cadeias globais de suprimentos, como visto durante a pandemia de COVID-19, mostrou como economias locais dependem de sistemas globais. Essas mudanças podem gerar tanto desafios quanto oportunidades para Caranaíba:

– **Dependência de insumos externos:**

A escassez ou o encarecimento de produtos importados, como sementes e equipamentos, pode prejudicar pequenos agricultores e artesãos do município. A necessidade de buscar alternativas locais ou regionais torna-se urgente.

– **Fortalecimento da produção local:**

Por outro lado, a instabilidade nas cadeias globais abre espaço para o fortalecimento de cadeias produtivas locais. Caranaíba pode incentivar a produção de insumos agrícolas na própria região ou em municípios vizinhos, criando uma rede de suprimento menos dependente de mercados externos.

**Valorização de Produtos Regionais no Cenário Global**

Tendências globais como sustentabilidade, consumo consciente e valorização de produtos artesanais oferecem oportunidades para municípios com características culturais e produtivas marcantes, como Caranaíba.

– **Exportação de produtos diferenciados:**

O crescimento da demanda por produtos artesanais e orgânicos em mercados externos é uma oportunidade para produtores locais. Queijos artesanais, doces e café, típicos de Minas Gerais, podem ser valorizados no mercado internacional, especialmente se certificados como sustentáveis ou de origem controlada.

– **Acesso a nichos de mercado:**

Produtos com identidade regional têm potencial de conquistar nichos, tanto no Brasil quanto no exterior. Investir em marketing e certificação pode posicionar Caranaíba como um fornecedor de produtos autênticos e de qualidade.

**Investimentos Internacionais e Infraestrutura Local**

Os fluxos de investimentos internacionais, influenciados pela política econômica global, também têm impactos indiretos em municípios menores.

– **Infraestrutura e conectividade:**

Programas de investimento voltados para infraestrutura, como estradas e internet de alta velocidade, podem conectar Caranaíba a mercados regionais e globais, reduzindo custos logísticos e aumentando a competitividade local.

– **Tecnologia e inovação no campo:**

O acesso a tecnologias de ponta, incentivado por investimentos internacionais no Brasil, pode beneficiar pequenos produtores de Caranaíba. Máquinas mais eficientes, soluções de irrigação e plataformas digitais para comercialização são exemplos de ferramentas que podem modernizar a economia local.

### **Turismo e Economia Criativa**

Outro reflexo das dinâmicas globais é o crescimento do turismo cultural e rural. Tendências como o “slow tourism”, que valoriza experiências autênticas em áreas rurais, podem transformar Caranaíba em um destino atrativo.

#### **– Aproveitamento de recursos naturais e culturais:**

A paisagem rural de Caranaíba, aliada à sua produção cultural e culinária, pode atrair turistas interessados em experiências genuínas. Isso gera renda para moradores locais e incentiva o desenvolvimento de serviços de hospedagem, alimentação e transporte.

#### **– Parcerias para desenvolvimento turístico:**

A busca por parcerias com órgãos internacionais ou nacionais voltados ao turismo pode ajudar Caranaíba a estruturar projetos que fomentem a economia criativa e promovam a sustentabilidade.

As dinâmicas da economia mundial afetam diretamente a realidade econômica de Caranaíba, seja pelo aumento dos custos de produção, seja pelas oportunidades geradas por novos padrões de consumo global. Para enfrentar esses desafios e aproveitar as oportunidades, é essencial que o município invista em estratégias de desenvolvimento local, como:

- Fortalecimento de cadeias produtivas locais;
- Qualificação de trabalhadores e produtores rurais;
- Promoção e certificação de produtos regionais;
- Diversificação da economia por meio do turismo e da economia criativa.

A adaptação de Caranaíba às tendências globais dependerá de sua capacidade de inovar e buscar parcerias que conectem suas potencialidades ao mercado global.

#### **– Desafios e Oportunidades para Caranaíba no Cenário Global**

Em um mundo cada vez mais interconectado, Caranaíba, um pequeno município mineiro, enfrenta os reflexos de tendências globais em diversas frentes, desde o impacto econômico até as transformações sociais e ambientais.

Embora os desafios decorrentes dessas mudanças sejam significativos, também há oportunidades que, se bem aproveitadas, podem impulsionar o desenvolvimento local e tornar Caranaíba um exemplo de resiliência e inovação.

#### **Principais Desafios no Cenário Global**

A economia global apresenta desafios estruturais e conjunturais que podem afetar negativamente a economia e a sociedade de Caranaíba. Esses desafios incluem:

#### **– Dependência de insumos externos:**

Pequenos agricultores e produtores locais dependem de insumos agrícolas, como fertilizantes e defensivos, cujos preços são influenciados por crises globais. A elevação dos custos reduz a margem de lucro e dificulta a modernização das atividades.

#### **– Exigências ambientais rigorosas:**

O aumento da pressão por práticas agrícolas sustentáveis, impulsionado por acordos internacionais como o Acordo de Paris, impõe a necessidade de adaptações que nem sempre são acessíveis para pequenos produtores. Sem assistência técnica e financeira, muitos enfrentam dificuldades para se adequar.

#### **– Desigualdades estruturais:**

Pequenos municípios, como Caranaíba, frequentemente possuem infraestrutura limitada, como estradas precárias e baixa conectividade digital. Isso dificulta a competitividade no mercado global, onde eficiência e rapidez são fundamentais.

#### **– Vulnerabilidade econômica:**

A dependência de produtos agrícolas básicos torna a economia local suscetível às oscilações de preço no mercado internacional. Secas, pragas ou mudanças na demanda global podem gerar impactos severos na renda local.

#### **Oportunidades no Cenário Global**

Embora os desafios sejam significativos, o cenário global também oferece oportunidades para municípios como Caranaíba. A adaptação às tendências globais pode abrir novos caminhos de desenvolvimento:

#### **– Valorização de produtos locais e sustentáveis:**

Há uma crescente demanda por produtos de origem controlada, orgânicos e sustentáveis nos mercados globais. Queijos artesanais, doces e café produzidos em Caranaíba podem conquistar nichos de mercado, especialmente com certificações de qualidade e sustentabilidade.

#### **– Incentivos à sustentabilidade:**

Organismos internacionais, como o Banco Mundial e a ONU, oferecem linhas de crédito e financiamentos para pequenos produtores que implementem práticas sustentáveis. Essas políticas podem ajudar Caranaíba a modernizar sua produção sem comprometer o meio ambiente.

#### **– Expansão do turismo rural e cultural:**

O turismo rural e cultural é uma das tendências globais em crescimento, especialmente entre viajantes que buscam experiências autênticas e sustentáveis. Caranaíba, com sua paisagem natural, tradição agrícola e rica cultura mineira, tem grande potencial para explorar esse mercado.

#### **– Fortalecimento da economia criativa:**

A valorização de produtos culturais, como o artesanato local, pode se transformar em fonte significativa de renda para a comunidade. Feiras e mercados virtuais são ferramentas para expandir o alcance desses produtos.

#### **– Parcerias internacionais:**

Parcerias com organizações não-governamentais, universidades e empresas estrangeiras podem trazer inovação e recursos para o município. Projetos de capacitação em tecnologias agrícolas, por exemplo, podem aumentar a produtividade local.

### Estratégias Para Superar os Desafios e Aproveitar as Oportunidades

Para enfrentar os desafios e maximizar as oportunidades oferecidas pelo cenário global, Caranaíba pode adotar uma série de estratégias:

– **Diversificação da economia:**

Investir em novas atividades econômicas, como o turismo e a economia criativa, reduz a dependência da agricultura e torna a economia local mais resiliente.

– **Educação e capacitação técnica:**

A qualificação de agricultores, artesãos e empreendedores é essencial para prepará-los para as exigências do mercado global, como a adoção de tecnologias modernas e práticas sustentáveis.

– **Melhoria da infraestrutura:**

Melhorias em transporte, armazenamento e conectividade digital são fundamentais para facilitar o acesso aos mercados e aumentar a competitividade dos produtos locais.

– **Criação de redes de cooperação:**

A formação de cooperativas e associações fortalece pequenos produtores e artesãos, permitindo que eles negociem melhores preços e ampliem sua presença no mercado.

– **Foco em marketing e certificação:**

Investir na divulgação da identidade regional de Caranaíba, aliada à obtenção de certificações de qualidade e sustentabilidade, pode agregar valor aos produtos locais e abrir portas em mercados internacionais.

### Exemplos de Sucesso Inspiradores

Outras pequenas localidades têm mostrado que é possível superar desafios globais e prosperar com base em suas características locais:

– **Monte Verde, MG:** Com foco no turismo rural e ecológico, transformou-se em um destino turístico de destaque, gerando renda e empregos.

– **Alto Paraíso, GO:** Apostou no turismo sustentável e em parcerias com ONGs para preservar sua biodiversidade e atrair investimentos em infraestrutura.

– **Regiões cafeeiras da Colômbia:** Pequenos produtores de café orgânico conquistaram mercados globais ao se unirem em cooperativas e investirem em certificações de qualidade.

O cenário global apresenta desafios significativos para Caranaíba, como a necessidade de adaptação às demandas de sustentabilidade e a vulnerabilidade econômica. No entanto, com estratégias bem planejadas e investimentos em infraestrutura, capacitação e inovação, o município pode transformar essas adversidades em oportunidades de crescimento.

Ao diversificar sua economia, valorizar seus produtos locais e buscar parcerias que conectem Caranaíba ao mercado global, o município pode trilhar um caminho de desenvolvimento sustentável, que fortaleça sua economia e melhore a qualidade de vida de seus habitantes.

**SOCIEDADE (MÚSICA, LITERATURA, ARTES, ARQUITETURA, RÁDIO, CINEMA, TEATRO, TELEVISÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ESPORTE, GASTRONOMIA...)**

Caranaíba, localizada no coração de Minas Gerais, é uma pequena cidade que encapsula o espírito cultural e social do interior mineiro. Apesar de sua dimensão modesta, a cidade carrega uma riqueza sociocultural expressa em suas tradições, costumes e manifestações artísticas.

Ao explorar a sociedade de Caranaíba, encontramos um mosaico de elementos que vão desde a música e literatura até a gastronomia e os esportes, refletindo tanto a influência histórica da região quanto as dinâmicas contemporâneas que moldam sua identidade.

– **Música e Literatura em Caranaíba**

Caranaíba é uma cidade que carrega em suas tradições musicais e literárias a essência do interior mineiro. Embora seja um município pequeno, a riqueza cultural manifestada através da música e da literatura revela uma conexão profunda com as raízes históricas e populares da região.

**A Música em Caranaíba: Uma Expressão Popular e Religiosa**

A música ocupa um lugar de destaque na cultura caranaibense. As bandas de música, típicas de cidades mineiras, são parte essencial da vida cultural local. Em Caranaíba, é comum que essas bandas estejam associadas a eventos religiosos, como procissões e missas festivas, e também a celebrações cívicas.

– **Sertanejo e Música Caipira:** O sertanejo e a música caipira são os gêneros mais populares entre os moradores. Esses estilos refletem o cotidiano da vida rural e são tocados em festas comunitárias, casamentos e comemorações locais.

– **Festas Tradicionais:** Durante festas religiosas, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário, a música desempenha um papel crucial. É nesse contexto que aparecem ritmos como o congado, que combina música, dança e espiritualidade em uma celebração das tradições afro-brasileiras.

– **Influência Moderna:** Apesar do forte apego às raízes, os jovens têm mostrado interesse por gêneros contemporâneos, como sertanejo universitário e pop, ampliando a diversidade musical do município.

**Literatura: Memória e Tradição Oral**

A literatura em Caranaíba, embora não seja marcada por nomes de destaque no cenário nacional, reflete a riqueza da tradição oral e o apreço pela memória histórica.

– **Causos e Contação de Histórias:** A tradição oral é uma das formas mais presentes de expressão literária em Caranaíba. Os “causos” — histórias engraçadas, fantásticas ou misteriosas — são frequentemente compartilhados em rodas de conversa, preservando narrativas locais e transmitindo valores e ensinamentos às novas gerações.

– **Escritores Locais:** Alguns escritores regionais têm se dedicado a registrar a história e as tradições de Caranaíba em crônicas e livros de memória, garantindo que a identidade local não se perca com o passar do tempo.

# LEGISLAÇÃO

## ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CARANAÍBA (LEI 683 DE 20 DE ABRIL DE 2010)

LEI Nº 684, DE 20 DE ABRIL DE 2010.  
(Vide Lei nº 927/2021)

*DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, REORGANIZA SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, ESTABELECE METAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O Legislativo Municipal de Caranaíba, constituído por seus representantes legais aprovou a presente LEI Complementar que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal e eu, Prefeito Municipal, com fulcro nas atribuições que me são conferidas pela LEI, a sanciono, determinando a todos de que o seu cumprimento dependa que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela está contida.

### PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta LEI dispõe sobre a instituição, implantação e gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 2º Para os efeitos desta LEI, entende-se por:

I - Rede municipal de ensino: o conjunto de instituições e órgão que realiza atividades de educação sob a coordenação do Órgão Municipal de Educação;

II - Magistério Público Municipal: o conjunto de profissionais da educação, titulares dos cargos de Profissional de suporte Administrativo, Professor e Pedagogo, do ensino público municipal;

III - Professor: o titular de cargo de Professor, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de docência;

IV - Pedagogo: o titular de cargo de Pedagogo, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de suporte pedagógico direto à docência;

V - Profissionais de suporte administrativo: Os Profissionais de Suporte Administrativo, da Carreira do Magistério Público Municipal, com funções de suporte pedagógico direito a docência, aí incluída as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;

VI - Funções de magistério as atividades de docência e de suporte pedagógico direto à docência, aí incluída as de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

## CAPÍTULO II DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

### SEÇÃO I DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

Art. 3º A carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I - A profissionalização, que pressupõe vocação e dedicação ao magistério e qualificação profissional, com remuneração condigna e condições adequadas de trabalho;

II - A valorização do desempenho, da qualificação e do conhecimento;

III - A progressão através de mudança de nível de habilitação e de promoções periódicas.

### SEÇÃO II DA ESTRUTURA DA CARREIRA

#### SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Carreira do Magistério Público Municipal é integrada pelos cargos de provimento efetivo e de provimento comissionado.

§ 1º Cargo é o lugar na organização do serviço público correspondente a um conjunto de atribuições com estipêndio, denominação própria, número definido e remuneração pelo Poder Público, nos termos da LEI.

§ 2º Classe é o agrupamento de cargos genericamente semelhantes em que se estrutura a carreira, é a linha de progressão do Servidor.

§ 3º Carreira, é o conjunto de cargos escalonados segundo grau de responsabilidade com denominação própria, constituído a linha de ascensão do Servidor. A Carreira do Magistério Público Municipal abrange o Ensino Fundamental / Anos Iniciais / 1º Segmento e a Educação Infantil.

§ 4º O Concurso Público para ingresso no cargo de Professor será realizado por área de atuação, exigida:

I - Para a área 1, de Educação Infantil, formação mínima de nível médio, na modalidade normal;

II - Para a área 2, primeira etapa do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), formação mínima em curso superior, de licenciatura plena acompanhada de formação no nível médio, na modalidade normal ou formação superior, na modalidade normal.

§ 5º O ingresso na carreira dar-se-á na classe inicial de cada cargo da carreira, no nível correspondente à habilitação do candidato aprovado.



**SUBSEÇÃO II  
DAS CLASSES E DOS NÍVEIS**

Art. 5º As classes constituem a linha de promoção da carreira do titular de cargo de magistério.

§ 1º O número de cargos de Professor e Pedagogo de cada classe será determinado anualmente por ATO do Poder Executivo.

Art. 6º Os níveis de cargos referentes à habilitação do titular de cargo da Carreira são:

I - Para o cargo de Professor:

Nível I - formação em nível médio, na modalidade normal;

Nível II - formação em nível superior, em curso de licenciatura plena somado ao ensino médio normal ou curso superior normal com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente;

Nível III - formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de

educação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas.

II - Para o cargo de Assessor pedagógico:

Nível I - formação em nível superior, em curso de graduação plena em pedagogia com especialização em pedagogia;

Nível II - formação em nível de pós-graduação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas, em curso na área de educação posterior à graduação plena em pedagogia ou em pós-graduação específica posterior à outra licenciatura plena;

Nível "III" - formação em nível de mestrado, em curso específico na área de atuação, reconhecido pelo MEC, como pré-requisito à promoção dos servidores do Nível "II".

§ 1º A mudança de nível é automática e vigorará no exercício seguinte àquele em que o interessado apresentar o comprovante da nova habilitação.

§ 2º O nível é pessoal não se altera com a promoção.

III - Para os cargos da área profissional e administrativa: Superintendente de Educação e Pedagogo que desenvolverão suporte para a área do magistério:

Nível I - Formação em nível superior, em sua área de atuação profissional;

Nível II - Formação em nível de pós-graduação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas em sua área de atuação profissional;

Nível "III" - Formação em nível de mestrado, em curso específico na área de atuação, reconhecido pelo MEC, como pré-requisito a promoção dos servidores do Nível "II".

IV - Para o cargo da área administrativa de Auxiliar de Serviço Educacional; Chefe do Serviço de Educação, Diretor de Escola, Coordenador de Serviço de Ensino e Assessor Escolar que desenvolverão suporte para a área do Magistério:

Nível I - Formação em nível ensino médio normal;

Nível II - Formação em ensino superior;

Nível III - Formação em nível de pós-graduação, em cursos na área de

educação, com duração mínima de trezentos e sessenta horas.

**SEÇÃO III  
DA PROMOÇÃO**

Art. 7º Promoção é a passagem do titular de cargo da Carreira de uma classe para outra imediatamente superior.

§ 1º A promoção decorrerá de avaliação que considerará o desempenho individual, a qualificação em instituições credenciadas do titular de cargo da Carreira.

§ 2º A promoção, observada o número de vagas da classe seguinte, obedecerá à ordem de classificação dos integrantes da classe que tenham cumprido o interstício de três anos de efetivo exercício.

§ 3º Para o titular de cargo de efetivo do Magistério, e do cargo comissionado, o interstício para promoção deve ser cumprido na respectiva função.

§ 4º A avaliação de desempenho será realizada anualmente.

§ 5º A avaliação de desempenho, a aferição da qualificação serão realizadas de acordo com os critérios definidos no regulamento de promoção.

§ 6º A avaliação do titular de cargo de Professor abrangerá as variáveis descritivas no artigo 44 do Estatuto do Magistério Público Municipal.

§ 7º A pontuação para promoção será determinada pela média ponderada dos fatores a que se refere o § 1º, tornando-se:

I - A média aritmética das avaliações anuais de desempenho, com peso 50 (cinquenta) por cento;

II - A pontuação da qualificação, com peso 25 (vinte e cinco) por cento.

§ 8º As promoções poderão ser realizadas na forma do regulamento, via DECRETO do Poder Executivo e publicado no Dia do Professor de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos.

**SEÇÃO IV  
DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Art. 8º A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na carreira, será assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, observados os programas prioritários, em especial o de habilitação dos professores leigos.

Art. 9º A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do titular de cargo da Carreira de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida para frequência a cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas.

Art. 10. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o titular de cargo da Carreira poderá, no interesse do ensino, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses para participar de curso de qualificação profissional.

Parágrafo único. Os períodos de licença de que trata o caput não são acumuláveis.

**SEÇÃO V  
DA JORNADA DE TRABALHO**

Art. 11. A jornada de trabalho do titular de cargo da carreira poderá ser parcial ou integral, correspondendo, respectivamente, a:

- I - Trinta horas semanais;
- II - Quarenta horas semanais.

§ 1º A jornada de trabalho do professor em função docente inclui uma parte de horas de aula e uma parte de horas de atividades, destinadas, de acordo com a Proposta Pedagógica da escola, a reuniões pedagógicas, articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a Proposta Pedagógica da escola.

§ 2º A jornada de trinta horas semanais do Professor em função docente inclui 20 (vinte horas) horas de atividades letivas e o horário restante em planejamento escolar; atendimento aos pais de alunos: temas transversais da educação básica; interação Escola-Família - Comunidade; reuniões através de convocação emitida pelo órgão municipal de Educação.

§ 3º A jornada de quarenta horas semanais, no caso de implantação do horário integral, do professor em função docente inclui trinta horas de aula e dez horas de atividades extraclasse, mediante convocação do Órgão Municipal de Educação.

Art. 12. O titular de cargo de carreira em jornada parcial, que não esteja em acumulação de cargo, emprego ou função pública, poderá ser convocado para prestar serviço, mediante regulamentação por DECRETO.

I - Em regime suplementar, até o máximo de vinte horas semanais, para substituição temporária de professores em função docente, nos seus impedimentos legais;

II - Em regime de quarenta horas semanais, por necessidade do ensino, e enquanto persistir esta necessidade.

Parágrafo único. Em caso de mais de um professor com disponibilidade, serão convocados para a substituição temporária, respeitando os critérios a seguir: aquele que possuir o maior tempo de efetivo serviço no município; aquele que possuir maior idade.

Art. 13. Ao titular de cargo de Carreira em regime de quarenta horas semanais, se implantado no município, pode ser concedido o adicional de dedicação exclusiva, para a realização de projeto específico de interesse do ensino, por tempo determinado, a ser definido por DECRETO.

Art. 14. A convocação para a prestação de serviço em regime de quarenta horas semanais e a concessão do incentivo de dedicação exclusiva dependerá de parecer favorável do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único. A interrupção da convocação e a suspensão da concessão do incentivo de que trata o caput do artigo ocorrerão:

- I - A pedido do interessado;
- II - Quando cessada a razão determinante da convocação ou da concessão;
- III - Quando expirado o prazo de concessão do incentivo;
- IV - Quando descumpridas as condições estabelecidas para a convocação ou a concessão o incentivo.

**SEÇÃO VI  
DA REMUNERAÇÃO**

**SUBSEÇÃO I  
DO VENCIMENTO**

Art. 15. A remuneração do titular de cargo da Carreira corresponde ao vencimento relativo à classe e ao nível de habilitação em que se encontre, acrescido das vantagens pecuniárias a que fizer jus.

Parágrafo único. Considera-se vencimento básico da Carreira o fixado para o cargo de Professor, na classe inicial e no nível mínimo de habilitação.

**SUBSEÇÃO II  
DAS VANTAGENS**

Art. 16. Além do vencimento, o titular de cargo da Carreira fará jus às seguintes vantagens, além de outras previstas no Estatuto:

I - Gratificações:

- Pelo exercício de Direção de unidades escolares;

II - Adicionais:

a) Por tempo de serviço;

b) Pelo trabalho em regime de dedicação exclusiva.

c) Adicional por pós graduação (somente nos casos de mestrado ou doutorado), à razão de 10% (dez por cento) para cada título comprovadamente apresentado;

d) Adicional “pó de giz”, a razão de 5% (cinco por cento), condicionada à comprovada utilização do giz nas salas aulas. (Redação dada pela Lei nº 918/2021)

Art. 17. O adicional por tempo de serviço será equivalente a 10% (dez por cento) do vencimento do profissional do magistério, por 5 (cinco) anos de efetivo exercício.

**SUBSEÇÃO III  
DA REMUNERAÇÃO PELA CONVOCÇÃO EM REGIME  
SUPLEMENTAR**

Art. 18. A convocação em regime suplementar será remunerada proporcionalmente ao número de horas adicionadas à jornada de trabalho do titular de cargo da Carreira.

**SEÇÃO VII  
DAS FÉRIAS**

Art. 19. O período de férias anuais do titular de cargo da Carreira será de:

I - Quarenta e cinco dias, para titular de cargo de Professor em função docente;

II - Trinta dias, para os titulares dos demais cargos.

Parágrafo único. As férias do titular de cargo da Carreira em exercício nas unidades escolares serão concedidas nos períodos de férias e recessos escolares, de acordo com calendários anuais, de forma a atender as necessidades didáticas e administrativas do estabelecimento.

**SEÇÃO VIII  
DA CEDÊNCIA OU CESSÃO**

Art. 20. Cedência ou cessão é o ATO pelo qual o titular de cargo de Carreira e posto à disposição de entidade ou órgão não integrante da Rede Municipal de Ensino.

§ 1º A cedência ou cessão será sem ônus para o ensino municipal e será concedida pelo prazo máximo de um ano, renovável anualmente segundo a necessidade e a possibilidade das partes.

§ 2º Em casos excepcionais, a cedência ou cessão poderá dar-se com ônus para o ensino municipal:

I - Quando se tratar de instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em Educação Especial.

§ 3º A cedência ou cessão para exercício de atividades estranhas ao magistério interrompe o interstício para a promoção.

**SEÇÃO IX  
DA COMISSÃO DE GESTÃO DO PLANO DE CARREIRA DO  
MAGISTÉRIO**

Art. 21. É instituída a Comissão de Gestão do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com a finalidade de orientar sua implantação e operacionalização, a ser regulamentada por DECRETO.

Parágrafo único. A Comissão de Gestão será presidida pela (o) Superintendente de Educação e integrada por representantes das Secretarias Municipais de Administração, da Fazenda e da Educação e, paritariamente, de entidade representativa do magistério público municipal.

**CAPÍTULO III  
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**SEÇÃO I  
DA IMPLANTAÇÃO DE PLANO DE CARREIRA**

Art. 22. O número de cargos da Carreira do Magistério Público Municipal é o constante do Anexo I desta LEI.

§ 1º O número de cargos de provimento comissionado é o constante do anexo.

§ 2º As atribuições dos cargos estão dispostas no anexo III que passa a fazer parte integrante desta LEI.

§ 3º O impacto orçamentário e financeiro é o constante do anexo IV.

§ 4º O quadro contendo a progressão horizontal é o constante do anexo V.

Art. 23. O primeiro provimento dos cargos da Carreira do Magistério Público Municipal dar-se-á com os titulares de cargos efetivos, profissionais do magistério, atendida a exigência mínima de habilitação específica para cada cargo.

§ 1º Se a nova remuneração decorrente do provimento no Plano de Carreira for inferior à remuneração até então percebida pelo profissional do magistério, ser-lhe-á assegurada a diferença, como vantagem pessoal, sobre a qual incidirão os reajustes futuros.

§ 2º Os profissionais do magistério serão distribuídos de acordo com a definição do Órgão Municipal de Ensino.

**SEÇÃO II  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 24. Fica assegurado aos profissionais da educação o direito a revisão anual da remuneração, observado, no entanto, a disponibilidade orçamentária, financeira e as vedações constantes na LEI Complementar nº 101/00.

Art. 25. Realizado o primeiro provimento do Plano de Carreira e atendido o disposto no artigo 24, os candidatos aprovados em Concurso para o Magistério Público Municipal poderão ser nomeados observados os números de vagas.

Art. 26. A LEI disporá sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de substituição temporária do professor na função docente, quando excedida a capacidade de atendimento.

Art. 27. O valor dos vencimentos correspondentes aos níveis da Carreira do Magistério Público Municipal é o constante dos Anexos I e II.

Art. 28. O exercício das funções de direção e vice direção de unidades escolares é reservado aos integrantes da Carreira do Magistério Público Municipal com o mínimo de dois anos de docência, ressalvado o que dispõe o Estatuto do Magistério.

Art. 29. Os titulares de cargo de Carreira do Magistério Público Municipal poderão perceber outras vantagens pecuniárias devidas aos servidores municipais, nessa condição, quando não conflitantes com o disposto nesta LEI.

Art. 30. O Poder Executivo aprovará o Regulamento de Promoções do Magistério Público Municipal no prazo de um ano a contar da publicação desta LEI.

Art. 31. Aplicam-se aos servidores e profissionais administrativos, o disposto nesta LEI e subsidiariamente o Estatuto dos Servidores Municipais no que couber.

Art. 32. As despesas decorrentes da aplicação desta LEI correrão a conta dos recursos consignados no orçamento.

Art. 33. Ficam asseguradas aos servidores lotados no magistério, todas as vantagens adquiridas, em respeito ao direito adquirido.

Art. 34. Fica assegurado aos profissionais do magistério, ocupantes de cargo efetivo, o direito de opção quanto a jornada de trabalho, caso seja implantada no município o Regime Integral, na forma legal ou regulamentar, respeitado o direito adquirido.

Art. 35. Esta LEI entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 36. Revogadas as disposições em contrário, esta LEI entra em vigor na data de sua publicação.

CARANAÍBA, 20 DE ABRIL DE 2010.

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias

### ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E CONTROLE SOCIAL; ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO, FINANCIAMENTO E LEGISLAÇÃO DO SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro é mundialmente conhecido por ser um dos maiores, mais complexos e mais completos sistemas de saúde vigentes. Ele abrange procedimentos de baixa complexidade, como aqueles oferecidos pela Atenção Primária à Saúde (APS), e de alta complexidade, como por exemplo, transplante de órgãos. Dessa maneira, garante acesso universal e integral, de forma gratuita para a população. O SUS pode ser definido como o conjunto de ações e de serviços de saúde prestados pela federação, junto de seus estados e municípios.

Até meados dos anos 80, a concepção de saúde era dada pela “ausência de doença”, contudo, com o fim da Ditadura Militar e com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), ampliou-se o conceito de saúde pública no Brasil quando propôs a ideia de uma saúde preventiva, participação da população nas decisões envolvendo a saúde brasileira, descentralização dos serviços e mudanças embasadas no direito universal a saúde.

Com a publicação do relatório das decisões e pautas discutidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a oficializar a saúde no meio jurídico brasileiro, determinando, ainda que seja promovida de forma gratuita, universal e de qualidade, para que todos tenham acesso de maneira igualitária. Dessa forma, a saúde passa a ser um direito do cidadão brasileiro e de todo aquele que estiver em território nacional e um dever do Estado.

Fernando Collor de Mello foi responsável pela sanção das leis que promoviam a criação e a organização do SUS.

**\*OBSERVAÇÃO:** Recomenda-se a leitura na íntegra da Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, ambas da Constituição Federal

**Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 da Constituição Federal:** Também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, traz em seu texto original: “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

Em referência a essa lei, os objetivos do SUS consistem em identificar fatores determinantes da saúde, formular políticas destinadas a promover nos âmbitos econômico e social, condições

para pleno exercício da saúde e aplicar ações assistenciais de proteção, promoção e recuperação com enfoque em atividades preventivas.

Além disso, determina atribuições do SUS voltadas para a vigilância sanitária e epidemiológica, participação ativa em estratégias em saneamento básico e o desenvolvimento técnico-científico, com o intuito de ampliar as atribuições sob responsabilidade dos órgãos gestores do SUS, como o Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde.

**Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990 da Constituição Federal:** É o resultado da luta pela democratização dos serviços de saúde. Traz em seu texto original o objetivo: “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

A partir da criação dessa lei, foram criados também os Conselhos e as Conferências de Saúde, que são de extrema importância para o controle social do SUS. Os Conselhos de Saúde foram constituídos afim de fiscalizar, formular e promover ações deliberativas acerca das políticas de saúde.

Em seu texto, traz que a Conferência de Saúde é um espaço voltado para discussões sobre as políticas de saúde em todas as esferas governamentais, acontecendo de maneira ordinária a cada 4 anos em formato de fórum de discussão afim de avaliar e propor mudanças e novas políticas de saúde. Dentre as conferências nacionais, a mais importante que já aconteceu até os dias atuais foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, que ficou conhecida como o pontapé inicial para a inclusão da saúde no âmbito legislativo do país.

Por fim, determina que a representação dos usuários do SUS dentro desses conselhos e conferências deve ser paritária em relação aos demais seguimentos, em outras palavras, 50% dos representantes devem ser usuários do SUS.

### Princípios do SUS

Para que o SUS tenha a mesma forma de organização e a mesma doutrina em todo o território nacional, fica definido pela Constituição Federal um conjunto de elementos doutrinários e organizacionais.

#### — Princípios Doutrinários do SUS:

**Universalização:** Cabe ao Estado assegurar a saúde como um direito de todas as pessoas, garantindo o acesso a todos os serviços do SUS sem distinção de sexo, raça ou qualquer outra característica pessoal ou social.

**Equidade:** Se faz necessário afim de diminuir desigualdades, visto que, todas as pessoas têm o mesmo direito aos serviços oferecidos pelo SUS, mas possuem necessidades distintas, ou seja, investir onde existe a maior carência de investimentos.

**Integralidade:** Visa tratar as pessoas em um todo, atendendo todas as necessidades de cada indivíduo, de modo a integrar ações de promoção de saúde, prevenção e tratamento de doenças. Ou seja, o sistema de saúde deve estar preparado para acolher o usuário, ouvi-lo e entende-lo como parte de um contexto social e, assim, identificar suas carências e buscar formas de supri-las.

— **Princípios Organizativos:**

**Regionalização e Hierarquização:** Define que os serviços promovidos pelo SUS devem ser organizados em níveis crescente de complexidade, abrangendo os critérios epidemiológicos, geográficos e baseados na população a ser atendida.

A hierarquização prevê a divisão de níveis de atenção (primário, secundário e terciário) afim de distribuir o atendimento de acordo com a necessidade real do paciente para o setor especializado naquilo que ele precisa.

Enquanto isso, a regionalização dispõe da necessidade de não somente dividir os serviços de saúde, mas também sistematizá-los de maneira eficiente, evitando que dois setores fiquem responsáveis pelo mesmo serviço e, conseqüentemente, poupar que recursos materiais, financeiros e humanos sejam gastos desnecessariamente.

**Descentralização:** A redistribuição do poder ligado a decisões, aos recursos, com o intuito de aproximar a tomada de decisão ao fato, pois entende-se que, dessa maneira, haverá mais chance de acerto. Graças a descentralização, têm-se a tendência da municipalização das decisões a respeito dos serviços de saúde.

**Participação dos cidadãos:** Há a necessidade, embasada a partir das Leis Orgânicas, da participação da população nas decisões relacionadas a administração pública do SUS por meio dos Conselhos de Saúde, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais. Além disso, com a ampliação do acesso à internet, foi possível aumentar o debate sobre assuntos importantes para a saúde através de consultas e audiências públicas.

— **Diretrizes para a gestão do SUS**

As diretrizes para a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) estão estabelecidas na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.

**Universalidade**

A universalidade é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Ela se refere ao direito de todos os cidadãos brasileiros, sem exceção, ao acesso gratuito e igualitário aos serviços de saúde. Ou seja, qualquer pessoa, independentemente de sua condição social, econômica ou de saúde, tem direito a ser atendida pelo SUS.

Ela é garantida pelo SUS por meio da oferta de serviços de saúde em todos os níveis de atenção, desde a atenção básica até a atenção especializada e hospitalar, em todo o território nacional. O SUS oferece uma ampla gama de serviços, que incluem consultas médicas, exames, cirurgias, internações, atendimento de emergência, entre outros.

Além disso, é considerada um avanço importante na garantia do direito à saúde no Brasil, pois garante que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços de saúde, independentemente de sua capacidade de pagamento ou de outros fatores que possam levar à exclusão do sistema de saúde.

No entanto, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir a efetivação da universalidade no SUS, como a melhoria da qualidade dos serviços, a ampliação do acesso em regiões mais distantes e a redução das desigualdades regionais na oferta de serviços de saúde.

**Equidade**

A equidade é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Ela se refere ao direito de todos os cidadãos brasileiros, sem exceção, de terem acesso igualitário aos serviços de saúde, levando em conta suas necessidades individuais de saúde, independentemente de sua classe social, gênero, raça ou qualquer outra forma de discriminação.

O SUS busca garantir a equidade por meio da oferta de serviços e ações de saúde que abrangem desde a promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento e reabilitação, assegurando o cuidado em todos os níveis de atenção à saúde. Dessa forma, todos os cidadãos devem ter acesso aos mesmos serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica ou de sua localização geográfica.

No entanto, a equidade na oferta de serviços de saúde ainda é um desafio a ser enfrentado no SUS. Existem desigualdades regionais na oferta de serviços de saúde, com algumas regiões do país tendo acesso a uma infraestrutura mais adequada de serviços de saúde do que outras. Além disso, a discriminação de gênero, raça, orientação sexual e outros fatores também podem afetar o acesso aos serviços de saúde.

Por isso, é importante que a gestão do SUS trabalhe para garantir a equidade no acesso aos serviços de saúde, implementando políticas que promovam a inclusão social e a igualdade de oportunidades, e garantindo que todos os cidadãos brasileiros possam usufruir do direito à saúde, de forma igualitária e justa.

**Integralidade**

A integralidade é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Ela se refere à oferta de um conjunto completo e articulado de ações e serviços de saúde, que abrangem desde a promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos, assegurando o cuidado em todos os níveis de atenção à saúde.

O SUS busca garantir a integralidade do cuidado, levando em consideração as necessidades individuais de cada paciente e ações de saúde que visem sua recuperação, prevenção ou manutenção de sua saúde. Isso significa que os serviços de saúde devem ser organizados de maneira a garantir a oferta de serviços que considerem as dimensões biopsicossociais e culturais de cada pessoa.

Além disso, a integralidade no SUS também significa que os serviços devem ser organizados de forma articulada, em todos os níveis de atenção à saúde, de forma a oferecer uma atenção contínua, coordenada e integral aos usuários, sem fragmentação do cuidado. Isso implica em uma gestão integrada

e descentralizada do SUS, que deve envolver a atuação articulada de serviços de saúde, gestores e profissionais, em todas as esferas do sistema de saúde.

Contudo, a garantia da integralidade do cuidado ainda é um desafio a ser enfrentado no SUS, especialmente em relação à oferta de serviços em algumas regiões do país, bem como em relação à disponibilidade de tecnologias e medicamentos. Por isso, é importante que a gestão do SUS trabalhe para garantir a integralidade do cuidado, implementando políticas e práticas que promovam a articulação entre os serviços de saúde e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos usuários do SUS.

#### Participação social

A participação social é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Ela se refere ao direito dos cidadãos de participarem ativamente do processo de gestão do SUS, tanto na definição de políticas públicas de saúde, quanto no controle social das ações e serviços oferecidos pelo sistema.

O SUS reconhece que a participação da sociedade é fundamental para a construção de um sistema de saúde mais democrático e eficiente, capaz de responder às necessidades de saúde da população. A participação social no SUS pode se dar por meio de diferentes formas, como:

– **Conselhos de Saúde:** são instâncias de participação popular na gestão do SUS, que têm a função de acompanhar, fiscalizar e propor políticas de saúde para o governo;

– **Conferências de Saúde:** são eventos que ocorrem a cada quatro anos, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, com a participação de representantes da sociedade civil e do governo, para discutir e propor diretrizes para a política de saúde;

– **Ouvidorias:** são canais de comunicação entre os usuários do SUS e os gestores do sistema, que recebem denúncias, reclamações e sugestões para melhorar a qualidade dos serviços de saúde;

– **Participação em programas de saúde:** a sociedade pode participar de diferentes programas e ações de saúde, como campanhas de vacinação, mutirões de saúde, entre outras iniciativas.

Ela é fundamental para a construção de um sistema de saúde mais democrático e eficiente, capaz de responder às necessidades de saúde da população. Por isso, é importante que a gestão do SUS promova e fortaleça a participação da sociedade, incentivando a participação de diferentes grupos sociais e garantindo a transparência e a prestação de contas por parte dos gestores do sistema.

#### Descentralização

Ela se refere à distribuição de poder, responsabilidades e recursos para a gestão do SUS entre as diferentes esferas do governo (federal, estadual e municipal), garantindo a autonomia e a capacidade de decisão dos gestores locais.

Tem como objetivo principal promover a democratização do acesso à saúde, levando em conta as especificidades e as necessidades de cada região. Com a descentralização, os municípios passaram a ter maior autonomia para gerir seus sistemas de saúde, possibilitando a construção de políticas e serviços de saúde mais adequados às necessidades locais.

Além disso, a descentralização do SUS também permite uma maior participação da sociedade na gestão do sistema de saúde, uma vez que a administração dos serviços passa a estar mais próxima dos cidadãos.

No entanto, a descentralização também pode trazer desafios para a gestão do sistema, como a falta de recursos e capacidade técnica para a gestão em algumas regiões do país. Por isso, é fundamental que a gestão do SUS trabalhe para fortalecer a capacidade de gestão dos municípios e para garantir a equidade no acesso aos serviços de saúde em todo o território nacional.

#### Regionalização

A regionalização é uma das estratégias fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, juntamente com a descentralização e a municipalização. Ela se refere à organização dos serviços de saúde em regiões, de acordo com as necessidades e as características locais, buscando garantir o acesso equitativo e integral aos serviços de saúde em todo o território nacional.

Tem como objetivo principal a promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde, reduzindo as desigualdades regionais e garantindo a oferta de serviços de qualidade e em tempo oportuno. A partir da regionalização, os municípios podem se organizar em redes de saúde, articulando as ações e serviços de saúde e garantindo a integralidade da assistência.

Para a implementação da regionalização, é fundamental que haja uma articulação entre as diferentes esferas do governo (federal, estadual e municipal) e a participação da sociedade civil. É preciso definir critérios de organização das regiões de saúde, considerando aspectos como a densidade populacional, as características epidemiológicas, a oferta de serviços de saúde, a distância entre os municípios, entre outros fatores.

Também deve-se levar em conta a capacidade de gestão e a disponibilidade de recursos financeiros e humanos para a organização e o funcionamento dos serviços de saúde em cada região. Por isso, é importante que a gestão do SUS trabalhe para fortalecer a capacidade de gestão e a qualificação dos profissionais de saúde em todo o país, visando garantir a oferta de serviços de saúde de qualidade e em tempo oportuno para toda a população.

#### Humanização

A humanização é um princípio fundamental do Sistema Único de Saúde no Brasil, que busca valorizar a relação entre profissionais de saúde e usuários, respeitando suas necessidades, desejos e valores. Se baseia na construção de vínculos mais solidários e acolhedores entre os profissionais de saúde e os usuários, e visa a promoção da dignidade humana, da autonomia e da cidadania.

Para a efetivação da humanização no SUS, são necessárias diversas ações, tais como a valorização e capacitação dos profissionais de saúde, estimulando a reflexão crítica e a escuta qualificada dos usuários, a ampliação e qualificação da participação dos usuários e da sociedade civil na gestão dos serviços de saúde, a garantia do acesso aos serviços de saúde, respeitando a integralidade e a equidade no atendimento, a promoção da educação em saúde e da prevenção de doenças, visando a promoção da saúde e o cuidado com o indivíduo em sua

totalidade, o estímulo à promoção da saúde mental, respeitando as diferenças individuais e os aspectos psicológicos e emocionais dos usuários.

A humanização no SUS busca transformar a relação tradicionalmente vertical entre profissionais de saúde e usuários, colocando-os em um patamar de igualdade e trabalhando juntos para a promoção da saúde e o cuidado do indivíduo. É um processo contínuo de transformação da cultura institucional, que busca construir uma atenção mais resolutiva, equitativa e comprometida com a qualidade de vida dos usuários do SUS.

As diretrizes para a gestão do SUS estabelecem um conjunto de princípios e valores que devem orientar a gestão do sistema de saúde brasileiro, garantindo o acesso universal, equitativo, integral e humanizado aos serviços de saúde, com a participação da sociedade na sua gestão e descentralização da gestão para os estados e municípios.

#### — Financiamento

O financiamento do SUS é composto por recursos públicos provenientes dos orçamentos das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), além de recursos oriundos de contribuições sociais e impostos específicos, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Os recursos do SUS são alocados de forma descentralizada e destinados para ações e serviços de saúde, como atendimento médico, consultas, exames, internações hospitalares, ações de vigilância em saúde, entre outros.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a saúde é um direito universal e um dever do Estado, e que a União, os estados e os municípios devem aplicar um percentual mínimo de suas receitas na área da saúde. Atualmente, a Emenda Constitucional nº 86/2015 fixou o percentual de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL) da União e de 12% da RCL dos estados e do Distrito Federal para a saúde. Já os municípios devem aplicar no mínimo 15% de suas receitas próprias na saúde, acrescidos dos repasses federais e estaduais.

Além disso, o SUS conta com o Fundo Nacional de Saúde (FNS), que é um mecanismo de financiamento da saúde pública no país, responsável por receber e repassar os recursos do SUS para estados e municípios, garantindo a distribuição equitativa e a aplicação adequada dos recursos. O FNS recebe recursos de diversas fontes, como o Orçamento Geral da União, as contribuições sociais e os repasses dos estados e municípios.

Em resumo, o financiamento do SUS é uma responsabilidade compartilhada entre as três esferas de governo e é financiado com recursos públicos provenientes de diversos impostos e contribuições sociais, sendo gerido pelo Fundo Nacional de Saúde.

#### — Regulação

A regulação do SUS no Brasil é um processo que busca garantir o acesso igualitário e oportuno aos serviços de saúde, de forma a promover a equidade no atendimento e a eficiência na utilização dos recursos públicos. A regulação é responsável por planejar, organizar e avaliar as ações e serviços de saúde em todo o território nacional, buscando garantir a integralidade da assistência e a resolubilidade dos serviços.

A regulação do SUS é realizada por meio de três tipos de ações: a regulação assistencial, a regulação da atenção à saúde e a regulação econômica. A regulação assistencial tem como objetivo garantir o acesso igualitário aos serviços de saúde, regulando o fluxo de pacientes e os critérios de encaminhamento entre as unidades de saúde. A regulação da atenção à saúde busca garantir a integralidade e a continuidade do cuidado, orientando a oferta de serviços e a organização da rede de atenção à saúde. Já a regulação econômica visa garantir a eficiência na utilização dos recursos públicos, regulando a oferta de serviços e estabelecendo critérios para a remuneração dos serviços prestados.

A regulação do SUS é uma responsabilidade compartilhada entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), com a participação da sociedade civil e dos profissionais de saúde. É importante que a regulação seja realizada de forma transparente, com a participação da população na definição das prioridades de saúde e na avaliação da qualidade dos serviços prestados. Além disso, é fundamental que a gestão do SUS trabalhe para fortalecer a capacidade de regulação em todo o país, visando garantir a oferta de serviços de saúde de qualidade e em tempo oportuno para toda a população.

#### LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

*Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.

#### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. (Redação dada pela Lei nº 12.864, de 2013)